



• Relatório Anual 2014

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Presidente

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antônio Carlos Filgueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção (até o dia 14 de abril de 2014)

Gerson Gomes

Gestor Administrativo

Edmundo Taveira Pereira

Composição do Conselho de Administração em 2014

Membros Natos

ABC

Eduardo Moacyr Krieger (Presidente)

BNDES

Helena Tenório Veiga de Almeida

CNA

Alysson Paolinelli

CNI

Rafael Lucchesi

CNPq

Glaucius Oliva

Finep

Glauco Antonio Arbix

MCTI

Luiz Antonio Rodrigues Elias (de 27/06/2007 a 02/06/2014)

Clélio Campolina Diniz (de 03/06/2014 até a presente data)

MDIC

Nelson Fujimoto

MEC

Jorge Rodrigo de Araújo Messias (de 06/07/2012 a 27/10/2014)

Jorge Almeida Guimarães (de 28/10/2014 até a presente data)

SBPC

Helena Bonciani Nader

Sebrae

Ênio Duarte Pinto

Membros Eleitos

Abipti

Isa Assef dos Santos (de 06/05/2008 a 27/10/2014)

Claudio Aparecido Violato (de 28/10/2014 até a presente data)

Anpei

Guilherme Marco de Lima

Anprotec

Guilherme Ary Plonski (de 24/01/2010 a 24/01/2014)

Jorge Luis Nicolas Audy (de 25/02/2014 até a presente data)

Confap

Mario Neto Borges

Consecti

Jadir José Péla (de 11/06/2013 a 02/06/2014)

Odenildo Teixeira Sena (de 03/06/2014 a 27/10/2014)

Saumíneo da Silva Nascimento (de 28/10/2014 até a presente data)

Dieese

Clemente Ganz Lúcio (de 24/01/2010 a 24/01/2014)

Nelson de Chuery Karam (de 25/02/2014 até a presente data)

Foprop

Jorge Luis Nicolas Audy (de 24/01/2010 a 24/01/2014)

Isac Almeida de Medeiros (de 25/02/2014 até a presente data)

Representante dos Associados

Carlos Américo Pacheco (de 24/08/2014 a 24/08/2014)

Evando Mirra de Paula e Silva (de 11/12/2014 até a presente data)

Representante do Empresariado Nacional

Pedro Wongtschowski

Apresentação

Este Relatório apresenta os principais avanços feitos pelo CGEE no ano de 2014, tanto no que se refere às ações fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o MCTI, como naquelas atividades realizadas por meio de contratos administrativos firmados com instituições de CT&I do Brasil e do exterior. O relatório registra uma significativa evolução no desenvolvimento institucional do Centro, com a incorporação de novas competências e o fortalecimento das existentes, assim como também com a maior capacidade de antecipação e de resposta aos desafios com os que se defronta o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No que se refere ao Contrato de Gestão, o ano de 2014 foi marcado pela conclusão das subações pactuadas no Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, pelo processo de negociação e pactuação do Oitavo Termo Aditivo, e pelo início da execução dos projetos dentro das Atividades, aprovados pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2014 e posteriormente incorporados no Oitavo Termo Aditivo assinado no mês de novembro do mesmo ano. Ao final de 2014 tinham sido atingidas todas as metas pactuadas no Plano de Ação.

Do ponto de vista do desenvolvimento institucional, os trabalhos desenvolvidos em 2014 coroaram o esforço despendido pelo CGEE na reorientação do Plano de Ação em favor de ações estruturantes que promovam o desenvolvimento do Centro e que incrementem sua capacidade de antecipação e de resposta às demandas da CT&I no Brasil. Com esse objetivo foram efetivamente iniciados os projetos nas Atividades: Recursos Humanos, Indicadores de Inovação, Observatório, Agendas Internacionais e Plataformas Eletrônicas. Essas Atividades incluídas a partir do 6º Termo Aditivo, junto com as anteriormente existentes, (Disseminação de Informações, Desenvolvimento de Competências Metodológicas, Notas Técnicas e Reuniões de Especialistas) comportam um conjunto articulado de projetos que visam a fortalecer a capacidade do CGEE de gerar subsídios de alto nível para os diversos segmentos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Entre os projetos em desenvolvimento merecem destaque: a Atividade Recursos Humanos para CT&I, o projeto que estuda os egressos do Programa Pibic e o que discute a inserção profissional dos doutores titulados no exterior; a Atividade Observatório em CT&I, o projeto que desenvolve o observatório de tecnologias espaciais; a Atividade Indicadores de Inovação, o projeto que desenvolve uma nova ferramenta para aferir

a capacidade de gestão da inovação nas empresas; a Atividade Produção e Disseminação de Informações, o projeto que reformula os três principais canais de divulgação do Centro (a página web, a revista Parcerias Estratégicas e as publicações).

No âmbito das Subações, destacam-se as conclusões dos estudos sobre os desafios tecnológicos da matriz energética brasileira; as fontes privadas de financiamento à inovação; os recursos humanos e materiais necessários para o fortalecimento do programa espacial brasileiro; a avaliação do Programa Sibratec; e o apoio dado ao ITA para o fortalecimento do ensino e pesquisa em engenharia em cooperação com o MIT. Destaque deve ser dado também para a conclusão do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Nordeste - PCTI - NE, elaborado de forma participativa por demanda do Consect/Confap regionais. Merecem ainda destaque as subações sobre temas estratégicos na área de educação, como por exemplo: Mapa da educação profissional e tecnológica do Brasil e Apoio à criação de uma instituição de ensino superior indígena.

Importante também mencionar as condicionantes que nortearam a elaboração do 8º Termo Aditivo, orientadas de forma a buscar maior foco aos estudos do Centro em torno de temas de natureza estratégica de interesse para o SNCTI.

Assim, nesse novo aditivo merecem destaque as subações “Subsídios para a Estratégia nacional de CT&I 2016-2020” e “Apoio ao Programa Nacional de Plataformas de Conhecimento- PNPC”.

Por fim, importante destacar, também, os trabalhos voltados para a implantação de proposta de avaliação independente iniciada em 2014 pelo Conselho de Administração, com ênfase na dimensão qualitativa das ações desenvolvidas pelo CGEE. Por decisão do Conselho, a primeira etapa dessa avaliação concentrou-se em aspectos mais gerais da atuação histórica do Centro, com foco na aderência dos trabalhos realizados à sua missão institucional, na avaliação da sua inserção no SNCTI e em outros pontos relevantes para a sua sustentabilidade institucional.

No ano de 2014 foram conduzidos ainda oito contratos administrativos firmados com instituições nacionais e internacionais, um reconhecimento de que o CGEE encontra-se plenamente equipado para a prestação de serviços em sua área de atuação. Um resumo de cada um deles é apresentado neste Relatório.

Para finalizar, a direção do Centro se coloca à inteira disposição da comunidade de ciência, tecnologia e inovação da sociedade em geral, para prestar quaisquer outros

esclarecimentos necessários e que aprimorem a compreensão da relevância do trabalho do CGEE para a sociedade brasileira.

Atenciosamente,

Mariano Francisco Laplane

Presidente do CGEE

Situação das Subações e Atividades constantes do Plano de Ação 2014 do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro deste ano:

LINHAS DE AÇÃO	SUBAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2014
Estudos, Análises e Avaliações	Aferição da viabilidade econômica e financeira das IES privadas	Concluída
	Modelo de avaliação do FNDCT	Andamento
	Sistema de monitoramento e metodologia de avaliação do Sibratec	Concluída
	Apoio ao processo de monitoramento do plano Inova Empresa e Embrapii	Cancelada
	Balanço dos 10 anos do programa "Melhoria de Processo do Software Brasileiro - MPS-BR"	Andamento
	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)	Andamento
	Avaliação dos INCTs - Etapa IV	Andamento
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	Andamento
	Atividade - Indicadores de Inovação	Andamento
	Agendas Tecnológicas Setoriais	Concluída
	Sistema Financeiro Nacional e financiamento à inovação: Análise de padrões com destaque para fontes privadas – Etapa III	Concluída
	Programa demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada - Etapa II	Concluída
	Novos desafios tecnológicos da matriz energética brasileira	Concluída
	Plano estratégico em CT&I para a indústria de hardware nos setores de informação e comunicação	Descontinuada
	Sistema produtivo e inovativo do Carnaval	Concluída
	Evolução da capacidade de inovação das grandes empresas brasileiras de capital	Andamento

	nacional	
	Mapeamento da capacidade brasileira na produção de software livre	Andamento
	Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira	Andamento
	Recursos Materiais e Humanos para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) - Etapa II	Concluída
	Desenvolvimento de competências sobre Terras Raras no Brasil	Concluída
	Estratégia de expansão da Educação Superior no Brasil	Concluída
	Estratégia de ação para o tema "Cidades Sustentáveis"	Andamento
	Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020	Andamento
	CT&I para o desenvolvimento social	Andamento
	Integração Latino Americana: Parcerias Estratégicas em CT&I - Etapa II	Concluída
Articulação	Agenda de cooperação em CT&I com os BRICs	Concluída
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Andamento
	Impactos potenciais do marco regulatório associado ao Patrimônio Genético Nacional	Concluída
	Sistema de monitoramento dos NAGI	Concluída
	Apoio à criação de uma Instituição de Ensino Superior Indígena	Concluída
	Implantação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI	Andamento
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil	Concluída
	Nova abordagem para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária	Andamento
	Modelos Institucionais para a gestão em CT&I	Andamento

Apoio Técnico à Gestão do SNCT&I	Ampliação do foro de discussão de temas para o desenvolvimento brasileiro - aspectos econômicos e sociais	Concluída
	Percepção pública da CT&I no Brasil	Andamento
	Atividade - Notas Técnicas	Andamento
	Atividade - Reuniões de Especialistas	Andamento
	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	Andamento
	Fortalecimento do ensino de engenharia e da cooperação internacional do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	Concluída
	Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Nordeste	Concluída
	Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do semiárido do Brasil	Andamento
	Atividade - Produção e disseminação de informação	Andamento
Disseminação de Informação em CT&I		
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Andamento
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Andamento

Contratos Administrativos

Ao longo de 2014 foram conduzidas atividades referentes a oito contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI e com instituições de CT&I do exterior. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Incremento do Carvão Vegetal no Brasil: Subsídios 2013 ao Plano Siderurgia do MDIC

O objetivo do Contrato Administrativo, firmado com o MDIC em dezembro de 2013, é apresentar um conjunto de atividades para a produção de um Documento de subsídios técnico-especializados capaz de orientar a atuação efetiva do MDIC no “Plano-Siderurgia” (Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia Brasileira), conforme compromissos assumidos pelo governo brasileiro no âmbito do Acordo de Copenhague (15ª Conferência da ONU sobre Clima, de Dezembro de 2009). Tendo o CGEE sido contratado pelo MDIC em 2009 para subsidiar uma política do incremento da utilização de carvão vegetal na siderurgia brasileira, e levando-se em conta a efetiva alteração de cenários que afetam a indústria siderúrgica e o setor de produção independente de ferro-gusa no Brasil, devido à crise econômica de 2008/2009, o trabalho contratado pelo MDIC ao CGEE apresenta como principais metas: mapear a situação atual, e seus possíveis desdobramentos até 2020, para o incremento da utilização do carvão vegetal nesse setor da indústria; mapear os obstáculos que o setor enfrenta, quanto à implementação de metas voluntárias de redução de emissões do “Plano-Siderurgia” na sua atual formatação; mapear as iniciativas em curso no setor, a fim da promoção da sustentabilidade da produção de ferro-gusa a partir do carvão vegetal; e disponibilizar subsídios aos governos federal, estadual e municipal na implementação de suas metas voluntárias de redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) pelo incremento da utilização do carvão vegetal na siderurgia. Em 2014 os trabalhos foram desenvolvidos em quatro etapas: a) planejamento e definição de uma inteligência de contorno das atividades do estudo (escopo da Proposta); b) levantamento e análise de informações e assuntos relevantes; c) exercício principal ou desenho dos subsídios críticos para a tomada de decisão; d) síntese dos resultados, contendo recomendações consolidadas para o comprometimento com decisões. Em cada etapa foi realizada ao menos uma reunião da Comissão de Acompanhamento, objetivando analisar o progresso do estudo e indicar oportunidades de correção de rumo. Ao término da terceira etapa foi realizada uma reunião de validação e encerramento, com a equipe do MDIC, a fim de se validar os resultados obtidos e que foram organizados no documento final do estudo. O MDIC prepara atualmente, com a colaboração do CGEE, uma publicação a partir do Relatório Final, que consolida os resultados do trabalho.

Ministério do Esporte - Subsídios para o Reposicionamento Estratégico do Ministério do Esporte

Esse contrato, firmado em dezembro de 2012, com sobrestamento até julho de 2013, tem como objetivo gerar subsídios necessários ao Ministério do Esporte (ME) no seu processo de reposicionamento estratégico, visando consolidar o papel do Esporte na Política Nacional. Parte da necessidade de (1) aumentar a eficiência e a eficácia de seus processos internos; (2) lidar com a crescente importância do Esporte como componente fundamental da educação e da cidadania; e (3) enfrentar de forma eficiente a realização no Brasil, nos próximos anos, de grandes eventos globais nesta área, em particular a Copa da FIFA, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas em 2016. O trabalho foi estruturado em quatro módulos operacionais: a) “Ciência e Tecnologia para Esportes de Alto Rendimento”, que se inicia com uma extensa análise documental sobre a relação de CT&I com os esportes de alto rendimento e uma análise sobre a apropriação desses conhecimentos nas técnicas de preparo de atletas com tais características, estudando, ainda, as evoluções recentes e projetadas para vários itens como: material desportivo em geral, medições de tempo e espaço, instrumentos e armas de competição, vestuário, dentre outros; b) “Workshop sobre Oportunidades para Ciência, Tecnologia e Inovação Ligadas aos Grandes Eventos Esportivos”, no qual será desenvolvido um estudo prévio sobre as oportunidades em CT&I relacionados aos grandes eventos esportivos a serem realizados no Brasil, buscando-se identificar e definir uma tipologia dessas oportunidades e o modo de serem viabilizadas; c) “Legados dos Grandes Eventos Esportivos”, que prevê a definição das tipologias dos legados (Sociais, Infraestrutura, Econômica, Cultural) e uma análise detalhada dos casos recentes dos grandes eventos esportivos realizados (como, por exemplo, as duas Copas do Mundo de 2006 e de 2010 e Olimpíadas) com o objetivo de se levantar os casos bem sucedidos ou não, com suas razões para a ocorrência de desdobramentos negativos e positivos; e d) “Desenvolvimento de Sistema de Indicadores para Acompanhamento da Política Nacional do Esporte”, que envolve o desenho e o detalhamento de sistema de indicadores que garantam o monitoramento das políticas públicas vinculadas ao Plano Nacional do Esporte, implantação e operação do mesmo. Para o Ministério do Esporte, existe uma grande urgência em alinhar seus procedimentos internos às mais modernas práticas adotadas no país e no mundo. Isto porque, além do Ministério do Esporte ser de criação relativamente recente, a instituição estará diante da realização no Brasil de

um expressivo número de eventos esportivos globais até o ano de 2016. A prestação de serviços técnicos especializados por parte do CGEE compreende a realização das seguintes atividades: levantamento da situação atual (documental); identificação dos atores mais relevantes, internos e externos; levantamento e análise de práticas e diagnóstico situacional; construção de cenários normativos de evolução das diferentes áreas do ME envolvidas com o Plano; realização de entrevistas com atores selecionados; realização de reuniões técnicas de vários formatos; realização de visitas técnicas; diagnóstico comparativo com experiências semelhantes; elaboração de mapas estratégicos e executivos; e produção de relatórios gerenciais. Em 2013 foram realizadas três oficinas técnicas sobre legados dos grandes eventos esportivos, dez reuniões técnicas sobre planejamento geral do projeto e oito reuniões internas com os órgãos do ME para diagnóstico situacional do ministério.

Em 2014 foi dada sequência às atividades planejadas, ocorrendo um ajuste dos produtos em função de mudanças nas prioridades do Ministério do Esporte. Desse modo foi dada uma ênfase especial ao avanço dos trabalhos relativos ao módulo de legados onde foi desenvolvida e validada nos fóruns oficiais da Copa do Mundo 2014 e Olimpíada 2016 a tipologia dos Legados a ser utilizada pelo Brasil, o processo de coleta das informações sobre Legados e o desenvolvimento de uma Plataforma de Informação sobre os Legados da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 cuja primeira versão já está no ar, na página do ME. Nesse mesmo trabalho foi elaborado um Documento "Copa 2014 - Legados para o Brasil" que se configurou no documento de Legados que o ME divulgou para o país. Para se analisar os legados e apresentar à sociedade esses dois produtos, foi realizado o Seminário Internacional "Copa 2014 - Legados para o Brasil" onde os órgãos de governo e da sociedade debateram os aspectos positivos gerados ou alavancados por aquele evento esportivo. Também foi dada continuidade ao trabalho sobre a reconfiguração do ME. Foi entregue no final de 2014 o Mapa Estratégico do Ministério do Esporte com suas necessidades e oportunidades para os próximos anos. Em relação ao tema Ciência e Tecnologia e Esporte de Alto Rendimento, o ME definiu o seu interesse no desenvolvimento de um modelo para Rede de Pesquisa em apoio ao Esporte, em função do qual o CGEE propôs a utilização de novas ferramentas para o desenho e funcionamento dessa Rede tendo em conta as experiências acumuladas nos trabalhos dos INCTs e das Plataformas do Conhecimento do MCTI. Está prevista a finalização desse projeto para o fim do primeiro semestre de 2015.

Contrato Administrativo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Diagnóstico do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e desenho do Sistema de Monitoramento de Gases de Efeito Estufa nas ações dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação

O CGEE concluiu em 2014 o projeto “Diagnóstico do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e desenho do Sistema de Monitoramento de Gases de Efeito Estufa nas ações dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação” acordado com a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ). O projeto foi composto de duas vertentes: i) elaboração de diagnóstico do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, de 2008 para apoiar sua atualização, e ii) desenho de sistema de monitoramento de gases de efeito estufa (GEE) nas ações dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima e Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (SMMARE). O Plano visa a incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa, assim como objetiva a criação de condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais.

Em 2014 foram realizadas reuniões de trabalho e de apresentação dos resultados entre as equipes do MMA, dos demais ministérios e órgãos envolvidos com os planos setoriais e do CGEE, que serviram para definir os ajustes finais dos últimos produtos entregues pelo Centro, que compreenderam relatórios de atualização do Plano Clima e de sua apresentação e relatórios de desenvolvimento da plataforma eletrônica de monitoramento e operacionalização do SMMARE. Vale ressaltar que o desenho do sistema de monitoramento exigiu um trabalho pioneiro de articulação e concertação com as equipes de diferentes ministérios setoriais – MMA, MCTI, MDIC, MAPA, MME, MCidades, MT, MS e de órgãos parceiros (Inpe, Embrapa etc.), no sentido de conduzi-los a refletir sobre suas ações e estratégias em resposta ao compromisso de reduzir emissões de GEE. Também, foi constatada pela avaliações dessas equipes a necessidade de desenvolver no futuro um piloto de aprendizado de módulos de monitoramento selecionados, processando experimentalmente, em cada módulo, indicadores essenciais que permitam a prática do monitoramento das reduções das emissões de GEE de forma integrada no SMMARE. Por solicitação do

MMA, foi elaborada então uma proposta comercial visando o desenvolvimento futuro do Projeto Núcleo SMMARE.

As avaliações realizadas pelo CGEE sobre o Plano Clima, o processo de consulta pública e os diálogos setoriais para sua atualização, assim como o trabalho de desenvolvimento do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões (SMMARE) e de sua Plataforma Eletrônica deram lugar à uma correspondência do MMA assinalando a apresentação dos resultados ao Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Gex/CIM) e à Controladoria Geral da União (CGU), informando da conformidade, do bom êxito da execução e da qualidade dos produtos.

Contrato Administrativo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – Cenários

O objetivo do contrato foi levantar e organizar informações críticas sobre a evolução da dinâmica demográfica brasileira e eleger os elementos principais que a descrevem. A partir dessas informações foi desenhado um conjunto de cenários, com a participação efetiva dos funcionários da SPI/MPOG. O trabalho orientou-se para a identificação de eventuais ajustes das políticas sociais à luz das opções envolvidas nos cenários escolhidos. De natureza prospectiva, foi realizado com base em levantamentos panorâmicos do setor, consulta à base de dados e especialistas e análise de tendências nacionais e internacionais, tendo adotado um horizonte temporal de referência que alcançou o ano de 2040. Para o desenvolvimento dos cenários foi realizada uma consulta dos drivers, incertezas e variáveis relevantes, que foram inicialmente identificados com base numa análise bibliográfica, bem como trabalhos de consultores externos relevantes para aprofundar aspectos considerados críticos. Foram realizadas cinco oficinas com a participação de funcionários do MPOG e de mais seis ministérios (Saúde, Educação, SAE, Previdência Social, Secretaria de Comunicação, Trabalho), todas antecedidas por uma palestra temática feita por especialistas em Demografia. Os quatro cenários produzidos foram intitulados: “Mudanças de rumo”, “Sociedade desenvolvida, justa, livre e solidária – Nirvana tecnológico”, “Provável estado de convulsão social” e “Estamos todos juntos nisso (solidariedade na crise)”. O projeto foi concluído em março de 2014.

Contrato Administrativo com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/CNI) – Projeto NAGI

O objetivo do contrato, concluído em 2014, foi prestar serviços especializados ao IEL/CNI e assim auxiliar os Núcleos de Apoio à Gestão de Inovação – NAGI na interlocução com seus pares, para a identificação das dificuldades de gestão e gerenciamento das tarefas inerentes aos objetivos propostos pela Chamada Pública MCT/FINEP-AT-Pró-Inova-Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação - 11/2010, em especial para o compartilhamento de boas práticas e metodologias. O contrato foi desenvolvido em paralelo a uma subação também dirigida para apoio ao Programa NAGI desenvolvida no âmbito do contrato de gestão do Centro. Para atender aos objetivos do contrato, foram realizados dois workshops com os coordenadores dos Núcleos para apresentação da situação de desenvolvimento de cada Núcleo e discussão de indicadores de monitoramento. Outra atividade foi elaborar um manual de boas práticas, para o qual foram aplicados questionários pilotos a seis NAGIs (em diferentes estágios de desenvolvimento), e a três empresas, aderentes aos núcleos entrevistados.

Em maio de 2014 foi realizado o 2º workshop, quando o CGEE apresentou a estrutura do Manual e o processo seletivo, das práticas inscritas. Para tal foi desencadeado um processo seletivo por meio de um sistema desenvolvido via web pelo CGEE. Os NAGI inscreveram no sistema suas boas práticas, dentro de categorias escolhidas e, na sequência, as instituições engajadas no Comitê Gestor do Programa – MCTI, Finep, CNI e CGEE - procederam à seleção e pontuação das propostas. O intuito foi explorar as possibilidades de replicação, analisar potenciais inovações e definir melhores padrões de sustentabilidade dos projetos.

Ao final do processo, produziu-se o Manual de Boas Práticas com a seleção das melhores lições aprendidas. A importância de todo o processo, objeto desse contrato e da subação mencionada deriva do peso que tem hoje o tema da gestão da inovação nas empresas, diante da orientação estratégica da política de CT&I de promover o maior engajamento das empresas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Contrato Administrativo com a Universidade de Durham – Projeto “The Rising Powers, Clean Energy and the Low Carbon Transition in sub-Saharan Africa”.

Trata-se de uma pequena colaboração a um projeto financiado pelo ESRC (Grã-Bretanha) para o qual o Centro foi convidado a participar, envolvendo equipes acadêmicas das universidades de Durham e Sussex, trabalhando em conjunto com a ONG Ação Prática com sede no Reino Unido, o Centro de Pesquisa de Energia da Universidade de Cape Town, África do Sul e a Academia Chinesa de Ciências.

O projeto compara os papéis que as potências emergentes, China, Brasil e Índia estão desempenhando para facilitar a transição para sistemas energéticos modernos de baixo carbono na África Austral. Em particular, o projeto analisa como vários atores das potências emergentes estão moldando a prestação de serviços de energia para fins produtivos e de bem-estar, tais que cocção, iluminação e mobilidade. A colaboração justifica-se pela oportunidade de acessar dados e análises sobre a questão da entrada de países em desenvolvimento no mercado do cone sul africano. A iniciativa guarda relação direta com discussões em curso no Centro sobre bioenergias e clima, em particular com o projeto Agenda Positiva da Mudança do Clima, no âmbito da Atividade Inserção do CGEE em Agendas Internacionais (desenvolvimento sustentável). A importância ambiental, social, econômica do tema CT&I das energias renováveis para o Brasil, que dispõe de uma matriz energética quase 50% renovável, enquanto a média do planeta é inferior a 10%, pode ser vital para a inserção internacional e posicionamento geopolítico do país.

O contrato com a Universidade de Durham envolve o apoio do CGEE à realização da pesquisa de campo, já efetivada. Em nosso papel, compartilhamos as reuniões de gestão do projeto e ajudamos a organizar uma série de entrevistas com os principais atores empresariais, governamentais e de ICT brasileiros engajados em projetos bioenergéticos africanos. Em 2014 o CGEE interagiu com a equipe inglesa do projeto, recebeu 2 pesquisadores no Centro, organizou uma oficina de trabalho e participou de entrevistas com atores-chave no Rio, São Paulo e Brasília, produzindo informes, relatórios e apresentações sobre o tema. Está previsto para o início de 2015 o Encontro final que configura o encerramento do projeto.

Contrato Administrativo com a Agência Nacional de Águas (ANA) – Projeto “Subsídios ao Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas”

Através do contrato referido, o CGEE colaborou na elaboração de estudos relativos a mudanças climáticas e recursos hídricos, para embasar a contribuição da ANA na preparação do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na área de Recursos Hídricos. O contrato foi firmado entre o CGEE e a ANA em dezembro de 2013, foi integralmente executado durante o ano de 2014, conforme previsto. O CGEE e a ANA montaram um Grupo Técnico de Coordenação (GTC), com a participação das duas instituições, com o objetivo de acompanhar todas as fases de implementação do contrato. Foram realizados três workshops técnicos envolvendo as equipes técnicas do CGEE, da ANA e os consultores recrutados para elaboração dos vários estudos previstos: (a) preparação de documento sobre bases conceituais sobre mudanças climáticas, impactos e adaptação em recursos hídricos; (b) preparação de documento sobre o papel da CT&I na adaptação às mudanças climáticas; (c) preparação de relatório sobre diretrizes para elaboração de cenários; (d) preparação de relatório sobre geração, sistematização e disponibilização de conhecimento; (e) preparação de relatório sobre instrumentos de gestão de recursos hídricos; (f) preparação de relatório sobre governança de recursos hídricos; (g) preparação de relatório sobre recursos hídricos, mudanças climáticas e setores usuários. Ao final essas contribuições foram integradas em um relatório final, que se chamou de “Relatório Síntese: Estudos Relativos às Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos para embasar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas”. O produto final do contrato, envolvendo todos os relatórios, foi entregue pelo CGEE à ANA em dezembro de 2014.

Contrato Administrativo com a Embaixada Britânica - Política de Inovação para o Setor de Energia

Com o financiamento da Embaixada do Reino Unido e UNESCO/MCTI esse contrato teve como objetivo principal listar desafios no processo de PD&I no Setor de Energia Elétrica Nacional – SEEN e recomendar ações estruturantes para mitigar esses desafios. Teve ainda três objetivos específicos, a saber:

1. Produção de Relatório sobre programas e sistemas de apoio à inovação no setor elétrico do Reino Unido;
2. Avaliação do modelo de inovação brasileira, delineando ações-chave para melhorar o acesso a fundos de inovação de energia existentes, tais como: programa de P&D da Aneel.
3. Desenho de um Programa de capacitação em inovação para o setor elétrico brasileiro.

O primeiro objetivo específico foi realizado em parceria com uma consultoria inglesa, Carbon Trust - CT, por meio de contrato direto do demandante (Embaixada e UNESCO) e empresa (CT). Ela realizou um estudo que listou e analisou os fundos de incentivo à inovação no setor elétrico do Reino Unido e seus funcionamentos, além de um outro sobre centros de testes e de demonstração e suas vantagens.

Para atender ao segundo objetivo específico do contrato, sob inteira responsabilidade do CGEE, foi realizada a contextualização da política de PD&I no setor elétrico nacional, identificando as principais fontes e volumes de recursos de financiamento de inovação no setor, assim como a destinação desses recursos. Essa etapa baseou-se em levantamento de dados, principalmente da Aneel, MCTI por via da consultoria de um especialista contratado pela UNESCO, atuando sob coordenação do CGEE.

O terceiro objetivo específico foi implementado por meio de entrevistas perante atores chave do sistema de energia elétrica nacional, de modo a se ganhar uma maior percepção sobre as principais dificuldades à inovação segundo suas experiências. Em oficina técnica realizada no dia 09 de dezembro de 2013, esses desafios foram discutidos e validados pelos participantes.

Com base nos resultados desses desafios identificados e validados, da revisão de documentos existentes e debate, por meio de 3 oficinas com especialistas do setor (academias, empresas de energia, empresas de tecnologia e governo), a equipe do CGEE construiu as recomendações de mitigação dessas dificuldades.

Em julho de 2014, foi elaborado uma apresentação sobre as propostas construídas para cada obstáculo identificado. Nela são apresentadas as recomendações gerais, tais como modificações necessárias na legislação vigente no que tange às definições sobre inovação, nos processos administrativos nos órgãos governamentais pertinentes, na divulgação e transparência das informações para os atores do setor

e na capacitação de pessoal ligados ao processo de gestão de P&D nas empresas, incluindo a parte da revisão inglesa.

Dentre todas as recomendações, três propostas estruturantes foram escolhidas por um comitê gestor (MCTI, Aneel e CGEE) que acompanhou todo o estudo. A primeira trata de um programa de capacitação que envolve desde uma capacitação rápida a uma capacitação mais aprofundada, em nível de mestrado. A segunda refere-se à criação de uma ferramenta de gerenciamento de fluxo e disseminação de informação técnicas e gerenciais sobre os projetos de PD&I desenvolvidos pelas empresas. A terceira proposta indica uma série de aprimoramentos ao Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica da Aneel.

Para o detalhamento dessas propostas, o Comitê e a Embaixada Britânica aprovaram a inclusão do quarto objetivo do projeto, sob responsabilidade do CGEE: Detalhamento das propostas estruturantes escolhidas pelo Comitê Gestor.

Para isso, a equipe do CGEE contratou mais dois profissionais que ajudaram na revisão bibliográfica e no detalhamento de cada uma das três propostas. A proposta da capacitação foi a primeira a ser detalhada e foco de uma oficina. As outras duas não foram debatidas com os atores.

O desdobramento esperado por essa subação é que ela possa contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência do processo de inovação do setor elétrico nacional. O principal resultado esperado é uma melhoria no programa de P&D do setor elétrico coordenado pela Aneel. O produto final do Contrato visa fomentar os gestores do governo, empresas e universidades, além de outros atores envolvidos, com informações para este fim.

Relatório Financeiro Anual – 2014

No ano de 2014 o CGEE deu continuidade às ações, subações e projetos de atividades iniciadas no exercício de 2013, no âmbito do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e firmou novos compromissos, conforme estabelecido no 8º Termo Aditivo, assinado em 11.11.2014.

Quanto aos valores financeiros recebidos no ano de 2014, o Centro teve uma redução em termo percentuais equivalente a 52,22% no que diz respeito ao Contrato de Gestão. Diferentemente dos anos anteriores, a parcela correspondente ao FNDCT, de responsabilidade da Finep na condição de interveniente no Contrato de Gestão, não se concretizou. Desta forma, as ações programadas ficaram parcialmente comprometidas em sua execução, embora não se configurassem situações que inviabilizassem suas execuções. Com relação aos Contratos Administrativos, o percentual apurado indica um acréscimo em torno de 141,86%, como consequência dos contratos realizados perante o Ministério do Esporte - ME e a Agência Nacional de Águas - ANA, ambos firmados no ano de 2012 e 2013, respectivamente, e estão em plena execução.

Embora o 7º e o 8º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, assinados em 2013 e 2014 respectivamente, apresentassem valores e cronogramas de repasses financeiros semelhantes, sua concretização foi bastante diferente, haja vista que, em 2014, a arrecadação foi expressivamente inferior se comparada à do ano de 2013.

RECEITAS

Os recursos financeiros ao ingressarem no CGEE são classificados segundo sua origem e por consequência determinam a forma como irão ser utilizados. Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais – Lei 9.637 de 15.05.1998 – os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep destinam-se ao fomento das atividades e a manutenção geral da Instituição. No ano de 2014 o CGEE recebeu recursos da Finep constante na programação de desembolso do 7º Termo Aditivo e do MCTI correspondente ao 8º Termo Aditivo.

Os recursos obtidos com Contratos Administrativos de Serviços objetivam custear a realização desses serviços e o reinvestimento de eventuais saldos apurados, em atividades vinculadas aos Objetivos Institucionais do Centro. A seguir identificamos essa classificação:

- I) **Fomento Público** por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI, com interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, além dos oriundos do Ministério da Educação repassados pelo MCTI.

- II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes Instituições públicas ou privadas:
 - a) Agência Nacional de Águas - ANA
 - b) Embaixada Britânica;
 - c) Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio;
 - d) Ministério do Meio Ambiente/MMA – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental;
 - e) Ministério do Esporte – ME
 - f) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;
 - g) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae
 - h) Universidade Durham;

- III) **Aplicações no Mercado Financeiro;**

Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os Contratos Administrativos firmados com instituições públicas ou privadas, não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um Quadro Demonstrativo do fluxo de recursos previstos nesses contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor dos	Cancelamentos	Recebido	FATURADO /	Crédito a
-------------	-----------	---------------	----------	------------	-----------

	Contratos	/ Variações monetárias	Até 2013	RECEBIDO 2014	Receber
ANA	934.048,00	0,00	0,00	934.048,00	0,00
EMBAIXADA BRITÂNICA	166.098,00	115.620,24	70.589,54	211.128,70	0,00
MDIC	216.499,00	0,00	0,00	216.499,00	0,00
MMA	1.440.865,28	0,00	1.131.634,23	309.231,04	0,00
ME	9.855.000,00	6.455.000,00	0,00	1.385.000,00	2.015.000,00
MPOG	136.059,00	0,00	40.817,70	95.241,29	0,00
SEBRAE	120.550,37	0,00	0,00	120.550,37	0,00
UNIVERSIDADE DURHAM	41.155,41	0,00	0,00	23.545,16	17.610,25
Total Geral	12.910.275,06	6.570.620,24	1.243.041,47	3.295.243,56	2.032.610,25

No aspecto contábil, para a apuração do resultado do exercício de 2014 é utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2014	TOTAL
Contratos Administrativos	3.295.243,56
Total Geral	3.295.243,56

Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do ISS - Imposto Sobre Serviços. Esse tributo é deduzido do valor dos recursos faturados. Segue abaixo os valores correspondentes ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
Imposto Sobre Serviços - ISS	153.028,48
Total Geral	153.028,48

Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro a seguir demonstra o montante de recursos que ingressaram no CGEE no âmbito do 7º e 8º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, assinados em 20/11/2013 e 11/11/2014, respectivamente:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS CONTRATO DE GESTÃO 2014				
	2013	2014		
Fonte de recurso	A receber	RECEBIMENTO EFETIVO		TERMO ADITIVO
Contrato de Gestão	Saldo remanescente	VALOR	DATA	Nº
MCTI		5.391.850,00	26/12/14	8º
FINEP	21.558.150,00	11.000.000,00	24/01/14	7º
		2.000.000,00	21/03/14	
		855.815,00	23/04/14	
		3.850.000,00	06/06/14	
		3.852.335,00	09/10/14	
TOTAL	21.558.150,00	26.950.000,00		

Com relação aos créditos específicos do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado no exercício de 2014, a distribuição foi a seguinte:

ENTRADA DE RECURSOS - 8º Termo Aditivo ao CG			
Origem dos Recursos		Arrecado	A receber
	8º TA	2014	
MCTI	5.391.850,00	5.391.850,00	
FINEP	32.558.150,00	0,00	32.558.150,00
TOTAL	39.950.000,00	5.391.850,00	32.558.150,00

Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outros

O CGEE realiza aplicações no mercado financeiro, de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações e ainda os descontos obtidos de seus fornecedores produziram receitas conforme demonstrado a seguir:

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira	1.897.573,00
Descontos Obtidos	13.940,21
Total Geral	1.911.513,21

Durante o ano de 2014 o CGEE obteve ainda as seguintes receitas:

Receitas	Total
Recuperação de despesas	45.100,05
Total Geral	45.100,05

Da Consolidação das Receitas

O ingresso total de recursos atingiu durante o ano de 2014 a cifra de R\$ 32.201.856,82 conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Recursos de Contratos Administrativos	3.295.243,56
Recursos do Contrato de Gestão	26.950.000,00
Recursos de Aplicações Financeiras	1.911.513,21
Recuperação de Despesas	45.100,05
Total Geral	32.201.856,82

DISPÊNDIOS

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2014 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

1. Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionados com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

2. Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas – pessoa jurídica ou pessoa física – para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

3. Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis e reuniões de especialistas, palestras, etc.) para a consecução das diversas atividades do Centro.

4. Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação e outros.

5. Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, depreciações, entre outras.

6. Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

Dos dispêndios realizados em 2014

Dispêndios	
Pessoal e encargos	17.990.576,10
Consultoria externa	9.889.968,03
Eventos de mobilização de competências	3.306.127,86
Manutenção administrativa	5.099.864,61
Outras despesas operacionais	471.649,49
Depreciação	707.394,60
Total Geral	37.465.580,69
Investimentos do Exercício	158.935,49
Total de Dispêndios + Investimentos	37.624.516,18

DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E ACUMULADO – SUPERÁVIT / DÉFICIT

O resultado consolidado do exercício de 2014 está demonstrado de forma resumida no quadro abaixo:

Resultado do Exercício	
-------------------------------	--

Receitas do exercício	32.201.856,82
(-) Deduções das receitas - ISS	(153.028,48)
(-) Dispendios do exercício	(37.624.516,18)
Déficit do Exercício 2014	(5.575.687,84)

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR TIPO DE CONTRATO

Buscando demonstrar os saldos apurados pelo CGEE por tipo de contratação é apresentado a seguir um quadro síntese contendo a segregação do resultado operacional, tanto do Contrato de Gestão quanto dos Contratos Administrativos.

Nesse quadro estão registradas ainda as expectativas de receita já contratadas, bem como, os compromissos de despesa também formalmente assumidos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERIODO 01/01/2014 A 31/12/2014				
RECEITAS	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Receitas Operacionais				
Créditos Recebidos	2013	21.558.150,00	3.295.243,56	
	2014	5.391.850,00		
Total de Receitas Operacionais		26.950.000,00	3.295.243,56	30.245.243,56
Outras Receitas				
Receitas financeiras		1.704.084,95	207.428,26	1.911.513,21
Recuperação de Despesas		16.160,40	28.939,65	45.100,05
Total de Outras Receitas		1.720.245,35	236.367,91	1.956.613,26
TOTAL DE RECEITAS		28.670.245,35	3.531.611,47	32.201.856,82
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		32.558.150,00	2.032.610,25	34.590.760,25
DEDUÇÕES				
Despesas				
Pessoal e Encargos		17.320.141,95	670.434,15	17.990.576,10
Eventos, Diária, Passagens e hospedagens		2.690.897,52	615.230,34	3.306.127,86
Consultoria Externa		8.581.687,83	1.308.280,20	9.889.968,03
Manutenção Administrativa		5.096.202,93	3.661,68	5.099.864,61
Outras despesas operacionais		470.620,49	1.029,00	471.649,49
Depreciação e Amortização		669.419,35	37.975,25	707.394,60
Total Despesas		34.828.970,07	2.598.635,37	37.465.580,69
Outras Deduções				
ISS		0,00	153.028,48	153.028,48
Total Outras deduções		0,00	153.028,48	153.028,48
TOTAL DE DEDUÇÕES		34.828.970,07	2.751.663,85	37.618.609,17
Despesas / Compromissos - FUTURO		10.951.137,28	0,00	10.951.137,28
INVESTIMENTOS		158.935,49	0,00	158.935,49
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		-6.317.660,21	779.947,62	-5.575.687,84
Superavit/Deficit -Considerando Compromissos Futuros		15.289.352,51	2.812.557,87	18.063.935,13

DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada através de contas correntes e pela aplicação em fundos de investimento de Liquidez Imediata, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2014 correspondem a:

Banco do Brasil – AG 1003-0	Valor
Conta Corrente – 435.002-2	0,00
Conta Corrente – 435.001-4	20.272,04
Conta Corrente – 435.005-7	1.999,70
Conta Corrente – 435.006-5	301,70
Aplicação de Liquidez Imediata	13.387.362,28
Total	13.409.935,72

DA EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

O quadro a seguir apresenta o comportamento histórico de alguns números do CGEE que, de alguma forma, indiretamente evidenciam o volume de trabalho dispendido nas atividades de apoio ao funcionamento do Centro.

Cabe destacar que do quantitativo de empregados ao final do ano, 12 (doze) eram profissionais contratados por prazo determinado, vinculados ao desenvolvimento de ações/subações específicas. Desse modo fica evidente que a ampliação verificada no quantitativo de pessoal – 04 empregados – ocorreu no contingente de pessoal temporário não se ampliando o quadro permanente.

Exercício	2010	2011	2012	2013	2014
Número de Empregados (em 31.12)	80	84	93	97	97
Registros Contábeis	37.317	25.785	30.639	33.719	32.824
Contratos Firmados	363	187	253	211	179
Dispêndios (R\$)	32.687.790,30	26.508.021,98	37.329.832,38	38.265.090,57	37.618.609,17

Anexo I

Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas.

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2014

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2014	2013		2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	47.084.189,52	40.233.094,99	PASSIVO CIRCULANTE	4.706.859,67	3.944.276,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.409.935,72	17.679.055,90	Encargos Sociais a Recolher	371.022,10	289.342,61
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	22.573,44	50.865,66	Encargos Tributários a Recolher	276.864,89	223.509,63
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	13.387.362,28	17.628.190,24	Fornecedores	545.158,14	276.290,81
			Provisão para Férias e Encargos	1.357.170,41	1.384.901,24
OUTROS VALORES A RECEBER	33.674.253,80	22.554.039,09	Provisão Contratos de Serviços	1.835.858,52	1.678.580,97
Clientes	33.058.720,96	21.816.479,99	Outras contas a pagar/Compensar	320.785,61	91.651,69
Adiantamento a Fornecedores	163.092,96	150.947,87			
Impostos a Recuperar	49.286,30	43.148,56			
Adiantamento a Funcionários	15.449,05				
Adiantamento de férias	368.519,24	395.258,29			
Outros Créditos	4.631,05	4.126,53			
Titulos de Capitalização - BB	0,00	132.380,00			
Despesas do Exercício Seguinte	14.554,24	11.697,85			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.146.098,92	2.651.363,08	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	44.523.428,77	38.940.181,12
IMOBILIZADO	1.781.585,74	2.130.051,53	RESERVAS	6.750.408,82	8.417.608,05
Bens Próprios com Restrição	3.958.760,24	3.828.805,08	Reserva Técnica - com Restrição	6.750.408,82	8.417.608,05
(-) Depreciações Acumuladas	(2.177.174,50)	(1.698.753,55)			
INTANGÍVEL	364.513,18	521.311,55	SUPERÁVIT ACUMULADOS	37.773.019,95	30.522.573,07
Sistemas Aplicativos - Software -com Restrição	1.362.289,58	1.326.845,45	Superávit de Exercícios Anteriores-com restrição	32.189.772,30	24.684.833,68
(-) Amortizações Acumuladas	(997.776,40)	(805.533,90)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	5.583.247,65	5.837.739,39
TOTAL DO ATIVO	49.230.288,44	42.884.458,07	TOTAL DO PASSIVO	49.230.288,44	42.884.458,07


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2014
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2014	2013
(+) RECEITA BRUTA	41.290.343,61	41.329.006,03
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	37.950.000,00	39.950.000,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	16.160,40	
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO	37.966.160,40	39.950.000,00
SEM RESTRIÇÃO		
Serviços Prestados a Terceiros	3.295.243,56	1.362.440,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	28.939,65	0,00
Contribuições	0,00	16.566,03
(=) TOTAL RECEITA SEM RESTRIÇÃO	3.324.183,21	1.379.006,03
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(153.028,48)	(64.557,31)
ISS sobre Faturamento	(153.028,48)	(64.557,31)
(=) RECEITA LÍQUIDA	41.137.315,13	41.264.448,72
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	(34.459.130,05)	(34.677.287,38)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.215.795,95)	(2.936.984,88)
Despesas com Pessoal e Encargos	(17.320.141,95)	(15.999.283,75)
Serviços de Terceiros	(8.581.687,83)	(6.807.964,92)
Alugueis e Arrendamentos	(2.880.406,98)	(4.488.559,22)
Impostos e Taxas	(46.742,76)	(91.985,84)
Diárias	(975.647,10)	(1.285.596,68)
Passagens	(1.498.657,64)	(1.864.195,23)
Promoções e Eventos	(216.592,78)	(555.772,41)
Outras Despesas Operacionais	(54.037,71)	(35.651,32)
Depreciações e Amortizações	(669.419,35)	(611.293,13)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(2.599.879,47)	(1.667.678,47)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.661,68)	(11.794,85)
Despesas com Pessoal e Encargos	(670.434,15)	(645.344,83)
Serviços de Terceiros	(1.308.280,20)	(578.617,37)
Diárias	(140.428,10)	(171.950,20)
Passagens	(188.310,88)	(177.645,31)
Promoções e Eventos	(286.491,36)	(81.000,05)
Outras Despesas Operacionais	(1.029,00)	(1.325,86)
Depreciações e Amortizações	(1.244,10)	0,00
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.078.305,61	4.919.482,87
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	1.504.942,04	918.256,52
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(369.840,02)	(238.350,64)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(36.731,15)	(56.192,19)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	1.704.084,95	1.078.304,58
Receitas Financeiras - Outros Contratos	207.428,26	134.494,77
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	5.583.247,65	5.837.739,39

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32

TRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014
CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2012	23.706.462,33	1.681.706,61	7.670.186,87	33.058.355,81
Incorporação do Superávit 2012	1.681.706,61	(1.681.706,61)	-	-
Ajuste Superávit Exercício Anteriores	44.085,92	-	-	44.085,92
Transferência para Reserva Técnica	(747.421,18)	-	747.421,18	-
Superávit do Exercício	-	5.837.739,39	-	5.837.739,39
SALDO EM 31/12/2013	24.684.833,68	5.837.739,39	8.417.608,05	38.940.181,12
Incorporação do Superávit 2013	5.837.739,39	(5.837.739,39)	-	-
Ajuste Superávit Exercício Anteriores	-	-	-	-
Transferência para Superávit Acumulados	1.667.199,23	-	(1.667.199,23)	-
Superávit do Exercício	-	5.583.247,65	-	5.583.247,65
SALDO EM 31/12/2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77

MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2014
CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
(-/+ Superávit líquido do exercício/Lucro líquido do exercício	5.583.247,65	5.837.739,39
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	670.663,45	611.293,13
(+) Ajuste de exercícios anteriores	-	44.085,92
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	23,65
 Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	(11.242.240,97)	824.170,01
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(855,09)	778.230,39
(+/-) Redução/(Aumento) em aplicações financeiras	132.380,00	-
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(9.498,65)	4.974,86
 Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	135.034,75	(171.203,28)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	268.867,33	(57.245,62)
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(27.730,83)	227.019,17
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	157.277,55	(1.117.254,01)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	229.133,92	(163.451,96)
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(4.103.720,89)	6.818.381,65

2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2014	2013
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(129.955,16)	(1.625.581,89)
(-) Compra do Ativo intangível	(35.444,13)	(1.934,53)
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(165.399,29)	(1.627.516,42)

AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.269.120,18)	5.190.865,23
--	-----------------------	---------------------

3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.269.120,18)	5.190.865,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	17.679.055,90	12.488.190,77
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	13.409.935,72	17.679.055,90


MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF: 768.155.871-34

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(valores expressos em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

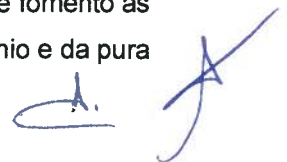
As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016.

Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2014 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão” elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

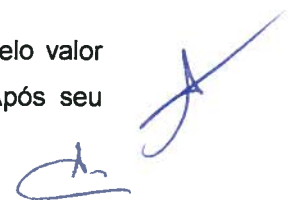
O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu



reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

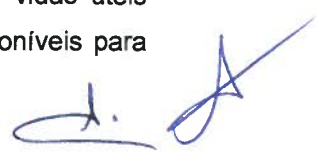
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.



Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2014.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

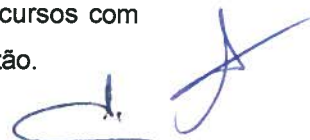
3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado, os recursos com restrição referem-se a movimentação financeira específica do Contrato de Gestão.



	2014	2013
Bancos/Caixa – Recursos com restrição -Contrato Administrativo	22.573,44	6.101,97
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	44.763,69
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos Administrativos	1.939.630,20	1.659.881,98
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contrato de Gestão	11.447.732,08	15.968.308,26
Total	13.409.935,72	17.679.055,90

5. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	2014	2013
Investimentos circulantes		
Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	0,00	132.380,00
Total	0,00	132.380,00

Os investimentos em Títulos de Capitalização foram realizados para garantir fiança no contrato de locação FUNCEF/CGEE, no período de 2012 e foram resgatados no ano de 2014.

6. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2014	2013
ANA – Agência Nacional de Águas	310.570,96	0,00
FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	0,00	10.000,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	32.558.150,00	21.558.150,00
ME – Ministério dos Esportes	190.000,00	0,00
MMA – Secretaria de Mudanças Climáticas	0,00	240.529,99
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	7.800,00
Total	33.058.720,96	21.816.479,99



7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2015). Em virtude dessa política, foi registrado o montante de R\$ 368.519,24 (R\$ 395.258,29 – 2013) no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 163.092,96 (R\$ 150.947,87 – 2013).

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2014	2013
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.014.412,25	1.968.465,01
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	44.111,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	625.496,10
Equipamentos de Audiovisual	20%	342.168,10	308.318,10
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(2.177.174,50)	(1.698.753,55)
Subtotal do Imobilizado		1.781.585,74	2.130.051,53
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%	1.362.289,58	1.326.845,45
(-) Amortizações		(997.776,40)	(805.533,90)
Subtotal do Intangível		364.513,18	521.311,55
Total do Imobilizado e Intangível		2.146.098,92	2.651.363,08



10. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2014	2013
AGM – Miranda Turismo e Representações	0,00	64.291,78
CEDAO – Centro de Estudos e Desenv.Avançados	0,00	12.000,00
EMPRED – Engenharia e Manutenção Predial Ltda	0,00	18.139,38
EVERIS Brasil Consultoria de Neg. e Tec. Da Informação Ltda	55.920,00	0,00
FBDS – Fundação Brasileira p/ o Desenvolvimento Sustentável	0,00	20.000,00
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	135.000,00	0,00
IPEAD – Fundação Inst. De Pesquisas Economicas, Adm e contábeis	75.000,00	0,00
Kember Associates Ltd	0,00	99.802,74
RadioNet Consultoria Empresarial Ltda	16.000,00	0,00
RALEDUC – Tecnologia e Educação Ltda – EPP	227.500,00	0,00
Outros Fornecedores	35.738,14	62.056,91
Totais	545.158,14	276.290,81

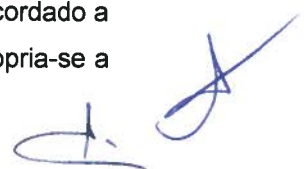
11. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2014 uma provisão para férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.357.170,41 (R\$ 1.384.901,24 - 2013).

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2014	2013
Ressarcimento - Pessoal Cedido	24.763,71	48.579,84
Créditos a Compensar	47.624,67	41.963,61
Saldos bancários a compensar	248.397,23	1.108,24
Totais	320.785,61	91.651,69

- a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.



- b) Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE
- c) Saldos bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas.

13. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

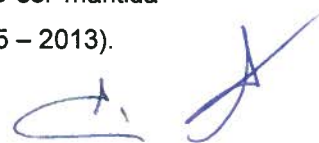
Para os contratos firmados no período de vigência até 2014, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2014 o valor correspondente a R\$ 1.835.858,52 a título de provisão (R\$ 1.678.580,97 – 2013).

14. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição, mas em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador.

De acordo com a Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 6.750.408,28, neste exercício (R\$ 8.417.608,05 – 2013).



15. RECEITAS

- a) Contrato de Gestão** - O CGEE registrou no exercício de 2014 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 37.950.000,00 (R\$ 39.950.000,00 – 2013), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 5.391.850,00 recebidos no exercício e R\$ 32.558.150,00 escriturados no ativo circulante a receber.
- b) Contratos Administrativos** - A receita registrada no ano de 2014 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.295.243,56 (R\$ 1.362.440,00 – 2013). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2014	2013
Embaixada Britânica – Energy	211.128,70	70.589,54
Federação das Ind. do Estado de Alagoas-FIEA	0,00	62.500,00
International Development Research Centre – IDRC	0,00	704,01
Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS	0,00	256.000,00
Instituto Euvaldo Lodi – IEL	0,00	150.000,00
Ministério do Meio Ambiente – MMA	309.231,04	781.828,75
Ministério do Desenv. Ind e Com. Exterior-MDIC	216.499,00	0,00
Ministério do Esporte - ME	1.385.000,00	0,00
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG	95.241,29	40.817,70
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	120.550,37	0,00
Universidade DURHAM	23.545,16	0,00
Agência Nacional de Águas	934.048,00	0,00
Totais	3.295.243,56	1.362.440,00

- c) Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2014 uma receita financeira de R\$ 1.911.513,21 (R\$ 1.212.799,35 – 2013), conforme discriminação a seguir:



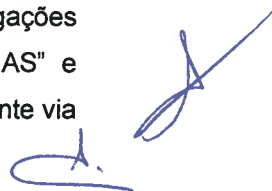
Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.690.144,74	207.428,26
Descontos Obtidos	13.940,21	0,00
Totais	1.704.084,95	207.428,26
Total Geral	1.911.513,21	

16. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 37.465.580,69 (R\$ 36.639.508,68 - 2013), sendo R\$ 34.828.970,07 (R\$ 34.915.638,02 – 2013) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.636.610,62 (R\$ 1.723.870,66 – 2013) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

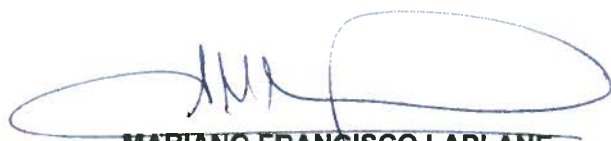
- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 519.490,06 (quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa reais, seis centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2014;
- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.461.646,98 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais, noventa e oito centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via



assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2014;

- d) Processos Administrativos** – Constam, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006. Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2014 como possível.
- e) Compromissos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.888.608,84 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 2.032.610,25, que não configura no resultado do exercício em 2014, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2014.



MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

Anexo II

Relatório dos Auditores Independentes

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores e Conselheiros do

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Brasília-DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão, firmado originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A continuidade das operações da Entidade depende do recebimento dos recursos financeiros do Contrato de Gestão.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, que dispõe sobre o processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como sobre os processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por descumprimento de obrigações principais e acessórias. Em 31 de dezembro de 2014, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 519.490,06 e 1.461.646,98, respectivamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4



Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2



Marcyó Franco Fortes
Contador CRC DF-015291/O-1

Anexo III

Parecer do Conselho Fiscal



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

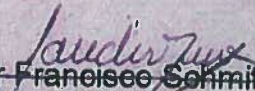
Onde o futuro está presente

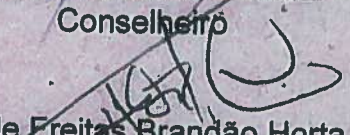
Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2015, na sede do CGEE, foi realizada a trigésima oitava (38ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Conselho Fiscal são da opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.


Laudir Francisco Schmitz
Conselheiro


Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa
Conselheiro

